



POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

BONFIM, Odair Machado de.
MIODUTZKI, Evelyn.
ROQUE Bernardete Silva.
PROFª. CAVALHEIRO, Silvia.

RESUMO

Este artigo faz uma breve abordagem sobre os povos indígenas que vivem no Estado do Paraná. Na época da colonização eram milhões, e atualmente são apenas alguns milhares, resultado do extermínio que estes povos sofreram. Seus costumes, crenças e rituais, hábitos alimentares, escolaridade, onde moram e como vivem etc. Sua cultura cada vez, mais esquecida, restando poucos que ainda lutam por essas comunidades indígenas. Os desafios que enfrentam no seu cotidiano, para que possam garantir a sua sobrevivência. Apresenta-se neste trabalho, apenas uma pequena partícula dos povos as quais serão destacadas a seguir.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas do Paraná. Comunidades indígenas. Indígenas

Resume: This article is a brief overview about the indigenous people living in the state of Paraná. At the time of colonization were millions, and are currently only a few thousand, a result of extermination that these people suffered. Their customs, beliefs and rituals, eating habits, education, where they live and how they live etc. Their culture ever more forgotten, remaining few who are still fighting for these indigenous communities. The challenges they face in their daily lives, so that they can ensure their survival. It is presented in this work, only a small particle of the people which will be highlighted below.

Keywords: Indigenous Peoples of Parana. Indigenous communities. Indigenous.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país Multicultural e tem suas particularidades únicas que é sua diversidade étnica, formado por diversos grupos sociais.

Dentre eles destacam-se os povos indígenas, considerados nativos que constituíram comunidades locais nas terras brasileiras, onde lutaram contra a ação dos colonizadores europeus. Estão espalhados por todo o território nacional.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Ainda na perspectiva da ocupação territorial destacam-se os povos indígenas que vivem no estado do Paraná. Estes povos têm peculiaridades e características distintas. Sendo assim, este trabalho de pesquisa apresenta apenas uma pequena partícula sobre os povos as quais serão destacadas a seguir.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Paraná, a população indígena se divide em: 70% que pertence ao povo Kaingang e 30% ao povo Guarani. Há famílias descendentes do povo Xeta e algumas do povo Xokleng distribuídas em 23 terras indígenas-aldeias. Existem hoje, apenas quatro etnias indígenas no estado do Paraná, sendo eles os povos Guarani, Xetá, Kaingang e Xokleng. Alguns vivem em terras demarcadas pelo governo federal, e recebem assistência à saúde e a educação bilíngue.

Na região hoje situada ao norte do estado do Paraná, viviam povos há milhares de anos atrás. Pautando-se em um modelo explicativo bastante simplificado, Tomazi (1997, p.73-74) afirma que, os Xetá, os Kaingang e os Guarani, indígenas que habitavam o território em questão.

O documento mais importante do período anterior ao processo de (re)ocupação da região em estudo, é a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, assinada por Dom João VI e encaminhada à Antônio José da França e Horta, Capitão General da Capitania de São Paulo, que permite esclarecer, uma declaração de guerra contra os índios, principalmente aos Xokleng e aos Kaingang, dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. É neste momento, que o índio é reconhecido como um povo, como uma nação, mesmo que seja em condição de aniquilamento. Em resumo, a política era a seguinte: “ou aceitam nossas normas e o nosso modo de vida ou então serão escravizados ou aniquilados” (MOTA, 1995, p. 102-103).

2.1 POVO KAINGANG

Segundo o portalkaingang.org. representam 40% do total dos povos de língua jê, seu contato acontece em meados de 1812, na região de Guarapuava.

Pode-se dizer que, a partir da segunda metade do século XIX, com o interesse crescente da sociedade luso-brasileira sobre as terras ocupadas pela população Kaingáng, a conquista destas terras realizou-se à custa da violência generalizada contra todos os grupos que se opuseram a ela, violência essa frequentemente praticada por grupos indígenas já submetidos e aliados ao “branco”, armados e subvencionados pelos governos provinciais. Nessa triste história destacaram-se os nomes de alguns caciques Kaingáng que serviam aos interesses lusos-brasileiros como os de Condá, Viry, Doble, Portela, Prudente e Fongue (VEIGA, 1994, p.34 apud TOMAZI, 1997, p. 153).

Estudos da língua Kaingang amparados em instituições Universitárias brasileiras começam a surgir apenas em meados dos anos 80, um trabalho sobre processo de alfabetização entre crianças Kaingang de Guarapuava em revista de Linguística Aplicada no ano de 1989, esse trabalho fora defendido nos Estados Unidos por Braggio em 1986.

Desde os primeiros contatos com os Kaingang a igreja católica visou a ação catequética pelo então capelão Francisco das Chagas Lima, no Paraná o governo Provincial determinou a fundação de um aldeamento em São Jerônimo com a catequese liderado pelo então Capuchinho Italiano.

Foi por meio de um Capuchinho italiano Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana que no início do século XX, o responsável pelos primeiros trabalhos sobre a língua Kaingang.

No final dos anos 50 instala-se, na divisa da área indígena de Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, a missão e centro de pesquisa linguística do Summer Institute. O Kaingang passou a ser estudado, ali, por Ursula Wiesemann (e, ao que parece, posteriormente, por Gloria Kindell). Em 1959, por exemplo, um primeiro estudo é tornado público, em reunião da ABA, intitulado *Notas sobre o proto-Kaingáng: um estudo de quatro dialetos* (cf. Wiesemann 1959)

2.1.1. ALIMENTAÇÃO

Eles pertencem a família linguística Jê que é sua língua de origem. Vivem de plantio de roças, onde cultivam mandioca, feijão, milho e abóbora. Os homens são responsáveis pela pesca e caça.

Sua alimentação basicamente é o milho e também faziam uma bebida fermentada de nome kiki, hoje é o nome da principal festa símbolo desse povo; tinham uma preferência pela comida de animais e aves, principalmente as carnes de anta e queixada (porco selvagem).

Quando mortos eram moqueados (secado ou assado em moqué, que significa grelhado em paus de fogo), para se conservarem por mais tempo, eles tinham uma maneira única de preparar seus alimentos.

Os animais de grande porte eram feitos em buracos no chão revestidos com pedras incandescentes e suas cinzas e brasas eram retiradas e as pedras cobertas com folhas, por cima colocava-se a carne para assar.

Também comiam pinhão assado em brasa, na folha comia-se o miolo da cabeça de estipe de geriva (*Coccus macrocopa*) ou da palmeira de Juçara e a raiz de uma espécie de bromélia, a gravatá ou Camata.

Faziam parte o mel, larvas de outros insetos como vespas, marimbondos e baratas, também colhiam ovos de ninhos de pássaros.

2.1.2- CULTURA

O ritual do kiki originou-se de acordo com a lenda de que houve uma guerra entre índios e não índios, dois índios se perderam na mata, um Kamé e outro Kairu, cansados os dois índios pararam para descansar e ouviram que um deles iria morrer, logo apareceu mig Fer (cobra de asas) e devorou o Kairu até os ossos, assim sendo o amigo Kamé jurou vingança.

Confeccionou um cesto para levar os restos mortais do amigo, construiu uma casa com folhas de palmeira, deixando uma fresta no teto, algum tempo depois apareceu a Mig Fer e levou flechadas e morreu. O Kamé enterrou o amigo e fez uma fogueira convidando todos em volta da aldeia pra rezar em memória do amigo. Assim surgiu a festa do kiki.

Para preparar a festa, é indispensável que os Kaingangs se pintem especialmente para o ritual, eles se dividem entre eles e cada metade tem sua pintura, os Kamé têm risquinhos e os Kairu tem bolinhas, essa pintura é feita com carvão, os do Kamé é feito com lasca de pinheiro queimado e depois umedecido, já do grupo do Kairu são feitos com madeira sete sangrias, a coloração fica definida assim: Kamé, preto; Kairu, vermelho.

Saber diferenciar as partes complementares é essencial para compreender o ritual kiki também conhecido como Kikikoi, ou em outro entender, culto aos mortos. Há relatos de que a única comunidade a praticar essa festa são os Kaingang da Terra Indígena em Chapecó-SC.

A festa tem início no inverno, que é quando tem maior abundância de alimentos. Para esse ritual é necessário um número de rezadores, mas como os mais jovens não tem interesse em aprender as rezas, existe a possibilidade de não se realizar o ritual.

O casamento consiste em acordo entre famílias, e rede de aliança que constitui grupos domésticos de uma mesma aldeia, de várias aldeias, de uma bacia ou várias bacias, produzindo assim na sociedade Kaingang um entrelaçamento de parentesco e político, através das regras de direitos e obrigações que constitui a rede de sociabilidade das famílias envolvidas.

2.1.3-EDUCAÇÃO

A escola funciona em dois turnos de 1º a 5º série, são distribuídos conforme quantidade de alunos em sala e suas necessidades. A coordenação e a direção são compostas por professores não índios, as primeiras séries que é até o 3º ano é compostas por professores índios e é ensinado somente na língua materna, somente a partir do 4º ano que é introduzido a língua portuguesa. Nas séries iniciais a maioria dos professores são índios e a partir do 5º ano não índios. Se a escola necessitar de algum material, é a comunidade que providencia, o governo fornece giz, folha de ofício e merenda.

2.1.4-HABITAÇÃO

Suas moradias são representadas de várias maneiras, como são vistas em regiões do Paraná, com o acesso mais próximo da sociedade, os indígenas foram mudando suas moradias para casas de alvenaria, de madeira ou em pau-a-pique cobertas com folhas de coqueiros ou sape.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), estabeleceu um padrão de construção dessas casas no Paraná, construídas com placas de cimentos pré-moldadas cobertas de “Eternit” em dois tamanhos padrão, eram em torno de 4m x 4m ou 5m x 4m, porém a maioria dos indígenas mantém a casa de madeira com chão batido para cultivar os costumes relacionados ao fogo no chão, às práticas de aquecimento nos dias de frio intenso e também por considerarem que a fumaça é purificadora e afasta maus espíritos. Para os povos indígenas o cheiro de fumaça é motivo de orgulho, é como se dissesse às pessoas que está protegido de todo o mal.

2.2-POVO TUPI-GUARANI

O Povo Tupi-Guarani foi um dos primeiros a serem contatados após a chegada dos europeus na América do Sul, cerca de 500 anos atrás.

No Brasil, vivem atualmente cerca de 34.000 índios Guarani, em sete estados diferentes, tornando-os a etnia mais numerosa do país. No Paraná são 4.000 pessoas, aproximadamente (IBGE,2010).

Se dividem em três grupos: Kaiowá, Nhandeva e M'byá, dos quais o maior é o Kaiowá, que significa ‘povo da floresta’.

2.2.1- ALIMENTAÇÃO

Em algumas tribos tupi-guarani em tempos remotos, encontrávamos a prática do canibalismo. Nestes rituais, estas tribos acreditavam que ao comerem o inimigo ganhariam a força e as habilidades dele. Ao matar seu inimigo o índio recebia mais um nome aumentando sua autoridade diante do grupo. Os índios faziam grandes vasilhas de cerâmicas para o preparo das bebidas e depósito de alimentos.

2.2.2-CULTURA

Entre eles, estão presentes nos discursos cosmológicos, desde o século XVI, referências à Terra Sem Mal que é um lugar indestrutível, morada dos ancestrais, dos deuses, da abundância, das danças, acessível aos vivos onde é possível ascender sem a necessidade de morte. A Terra Sem Mal é, efetivamente, a preocupação dos xamãs guarani. O xamanismo ocupa um espaço central na cosmologia e na construção da sociabilidade Guarani. O xamã – Karaí circula e mantém contato entre o mundo dos vivos, dos mortos, dos espíritos, da natureza etc. É através desse contato com os diversos mundos, que adquirem forças para estabelecer as relações na aldeia.

Os Guarani necessitam do trabalho do xamã para constituir seu universo social. Através de seu trânsito entre as divindades, o xamã adquire conhecimentos e forças para levantar as relações sociais típicas do modo de ser Guarani.

As cerimônias religiosas eram dirigidas por homens, chamados pajés, mas as mulheres participavam dos rituais como profetisas. Eles davam muita importância aos sonhos e profecias e em época de conflitos e nunca partiam para um combate sem antes ouvir pajé. Acreditavam nos espíritos, principalmente dos parentes mortos.

Muitas vezes enterravam seus mortos dentro desses grandes vasos, que, reutilizados eram transformados nas chamadas urnas funerárias. Eles produziam também objetos de cerâmica, adornos de conchas, de pedras e de penas. Alguns dos objetos de adorno eram usados em atividades sociais coletivas, festas e rituais.

2.2.3- HABITAÇÃO

Moravam em ocas que era uma grande cabana, feita com troncos de árvores e cobertas com palha ou tranco de palmeira. Na oca, podem viver várias famílias de uma mesma tribo.

2.2.4-EDUCAÇÃO

O povo Guarani possui seus métodos próprios de ensino-aprendizagem. Assim como o xamanismo, o sistema de ensino-aprendizagem Guarani articula dois universos: cosmológico (conhecimento divino) e sociológico (conhecimentos individuais experimentados ao longo da vida).

Uma definição da ciência Guarani é compreender sempre o que se escuta por si dos deuses e o que aconselham entre si os humanos. Os mais velhos seres potencialmente divinos, são dotados de maior sabedoria e ocupa um espaço central na transmissão dos conhecimentos, fazendo circular o *nhe'e porã* – as belas palavras, entre os parentes, orientando as condutas moralmente aceitas em sociedade.

Nas palavras dos xamãs, os conhecimentos que unem homens e deuses são reproduzidos e socializados no interior da Opy. A oralidade é a forma de transmissão de saberes mais valorizada entre os Guarani, a partir da qual são repassadas as narrativas de eventos míticos, história dos antepassados e suas experiências pessoais. Os Guarani ensinam e aprendem conversando, as falas são discretas e mansas.

Apresenta-se como característica da sociedade tupi o respeito e valorização do conhecimento das pessoas mais velhas. A educação das crianças era responsabilidade não somente das mães e dos pais, como de toda a comunidade.

2.3-POVO XETÁ

Há estudos que relatam desde o século XIX a presença dos povos Xetá no vale do rio Ivaí. Os Xetá foram a última etnia do estado do Paraná a entrar em contato com a sociedade nacional. Os Xetá pertencem à família linguística Tupi-Guarani, mas hoje a língua não é falada devido à falta de falantes.

Segundo Tomazi (1997 p.77-78), descrever a história dos Xetá é revelar a realidade da quase extinção de um povo. Pertencentes à família linguística Tupi, podem ter vivido em torno da atual região que vai do município de Apucarana até o rio Paraná. Quando contatados se encontravam na Serra de Dourados, no noroeste do Paraná, região dos atuais municípios de Cruzeiro do Oeste e Umuarama. O primeiro contato com o homem branco é oriundo do relato de Franz e Joseph Keller (1865). Enviados pelo presidente da província do Paraná, para explorar a região do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, com a recomendação de que fizessem uma descrição das “tribos selvagens” que encontrassem. Afirmaram que os Kaingáng aprisionavam elementos de outro grupo, chamados de Curu-tom, expressão referente aos Xetá.

Eram também chamados botocudos por conta do adorno labial utilizado pelos homens após o ritual de iniciação. Na década de 40, frentes de colonização invadiram seu território, reduzindo-o drasticamente. No final dos anos 50, estavam praticamente exterminados. Em 1999 foram localizados apenas oito descendentes Xetás, atualmente são apenas cinco descendentes naturais puros e os miscigenados possivelmente estão entre os 99 a 120 habitantes.

Hoje os Xetá estão espalhados pelo Paraná nas cidades de Curitiba e Umuarama, restando poucos que são apenas de sangue Xetá, pois, muitos se casaram com pessoas dos povos Guarani e Kaingang.

2.3.1- ALIMENTAÇÃO

Quando descobertos viviam da caça e de coleta de alimentos, não trabalhavam com a agricultura e nem com cerâmica, e atualmente suas atividades para a subsistência são agricultura, artesanato entre outros,

A caça, a construção de habitações e armadilhas, a produção de alguns instrumentos, a segurança e defesa do grupo são atribuições masculinas, enquanto que o preparo e distribuição de alimento, transporte da carga e dos alimentos e o cuidado da prole são atribuições femininas. A coleta, tecelagem e cestaria compõem o universo de ambos os sexos.

Cada aldeia possuía um ou dois pilões nos quais se processavam alimentos como cocos, frutas, e carne seca de animais. Os pilões podiam ser verticais ou horizontais sendo confeccionados a partir de grandes troncos de madeira. Os pilões verticais eram compostos de duas partes lascadas e cavadas do tronco de madeira de jerivá, as quais eram amarradas uma a outra e enterradas no solo. Uma pedra achatada servia como fundo, sendo que a maça era utilizada como mão de pilão.

Entre os alimentos ingeridos estavam diversas espécies de tubérculos, fungos de árvores, frutos silvestres, como banana de macaco, jacaratiá, jabuticaba, gabiroya, pitanga. Também faziam parte da dieta Xetá algumas espécies de insetos, como besouros, pirilampos e larvas de coleópteros, obtidos de troncos apodrecidos de palmeiras. Estas iguarias eram consumidas após serem tostadas sobre a brasa.

Os Xetá caçavam ou capturavam em suas armadilhas diversas espécies de répteis, mamíferos e aves. Entre os animais caçados, destacam-se a queixada, o caititú, os macacos e aves, como o tucano, arara, jacu e mutum. Nas armadilhas apreendiam o tatu, a cutia, a lontra, o quati, o tamanduá, a jaguatirica, os preás, as antas e as onças, além de cágados, lagartos e cobras. Os animais capturados eram eviscerados com o auxílio de uma lasca de pedra ou lamina de bambu e chamuscados diretamente sobre o fogo para retirada dos pelos. Após, a caça era suspensa sobre o fogo em um moquéim, e assada lentamente. As aves eram apanhadas com flechas especiais, de modo a não ferir as penas, e seus ovos consumidos crus ou assados. Diversos tipos de armadilhas para caça eram construídos pelos Xetá, as quais deviam ser proporcionais ao porte dos animais a serem caçados. Algumas eram preparadas com iscas que atraíam o animal, disparando sobre o mesmo um pesado tronco.

2.3.2-CULTURA

Na Sociedade Xetá, assim como nas demais sociedades tribais no Brasil, homens e mulheres desempenham atividades baseadas na reciprocidade. A organização social se estrutura no sistema de parentesco e na divisão sexual do trabalho. Enquanto algumas atividades são especificamente atribuídas aos homens, outras são somente às mulheres. Simultaneamente ocorrem atividades desempenhadas por ambos os sexos.

É possível destacar que os Xetá geralmente se diferenciavam das outras etnias contidas no estado do paraná, primeiramente por sua fisionomia, possuíam cabelos longos, batoques (discos nos lábios inferiores) e como descreveu Trevisan (1979) em relatos de Albert Vojtech Fric possuíam

pés, braços demasiadamente compridos e estatura baixa de aproximadamente 1,60cm. Contudo atualmente a diferenciação se faz mais difícil, principalmente pela miscigenação.

Outro aspecto que os diferenciam das outras etnias são seus hábitos de caçadores coletores e não agricultores como os Guarani (pertencentes do mesmo tronco linguístico), fato este que atualmente é possível distinguir, mesmo que sutilmente.

Pode-se notar que as relações dos Xetás estabelecidas com outras etnias como os Guarani e os Kaingang, e principalmente com os homens brancos se caracterizam essencialmente pela violência vinda dos não Xetá, e repressão dos costumes Xetás, o que possivelmente levou a quase total dizimação da presente etnia.

Arcos e flechas eram instrumentos indispensáveis para os Xetá. Na produção de seus artefatos e adornos, os índios utilizavam ossos e dentes de animais. Os ossos da perna de onça eram entalhados e afiados com uma pedra de amolar, transformando-se em formão. Utilizavam-se mandíbulas de roedores para perfurar e escavar madeira, couro, etc.

A maçã, utilizada como arma pelos índios Xetá, tem o formato de um remo, possuindo em média 130 cm de comprimento. Uma outra variedade de maçã, a haúra péra, distinguia-se da anterior pelos bordos simétricos. Servia como encosto para dormir e também se utilizava em um ritual para chamar chuva.

O tembetá é uma peça importante na identificação do indivíduo como componente daquela sociedade. A identidade masculina remete-se fundamentalmente ao uso do tembetá (batoque labial), utilizando como matéria prima ossos, sílex e madeira, sendo que o mais comum era o feito de resina de jatobá, com cerca de 8 cm de comprimentos.

Fazia parte da indumentária dos homens Xetá uma tanga feita com a fibra macia de caraguatá. A tanga era confeccionada pelos homens com auxílio de suas mulheres, em teares de duas barras. O segundo passo consistia na construção do tear, feito com duas estacas enterradas e duas travessas amarradas horizontalmente.

O transporte e a cestaria assumem importância quando se observa a mobilidade de um grupo caçador-coletor.

A frequência das mudanças exige a redução ao mínimo da carga, tarefa que cabe às mulheres, permitindo ao homem a liberdade de movimentos necessários para proteger o grupo e obter o alimento no transcurso da viagem. Juntamente com a tralha as mulheres carregavam os filhos pequenos pendurados nas costas por uma faixa colocada na testa. Utilizavam na construção madeiras flexíveis cipós e espetos aflados de madeira fincados ao solo.

A doença nas sociedades tribais representa uma ameaça ao grupo, na medida em que a atividade do indivíduo doente deverá ser substituído por outro, o que significa sobrecarga aos membros do grupo. Afora o desequilíbrio de ordem prática, o mal sempre é pensado como algo real, porém produzido por forças sobrenaturais. Desse modo, recuperar o bem-estar do indivíduo através da ação química dos objetos utilizados implica também em empregar o ensinamento místico sobre a causa do mal e sua cura. Nas práticas curativas, empregam-se simultaneamente os elementos da natureza associados à eficácia simbólica de ordem ritual.

A maioria das práticas terapêuticas dos Xetá baseava-se na utilização de peles ou partes de animais, às quais se conferia algum tipo de poder curativo. Pouco se sabe a respeito da existência de curandeiros especialistas, mas tanto homens como mulheres praticavam alguns rituais de cura.

Como entretenimento, as crianças Xetá brincavam na aldeia, banhavam-se nos rios e divertiam-se com seus pais e os animais de estimação que criavam.

Os meninos Xetá desde muito cedo aprendiam com seus pais as atividades consideradas masculinas, principalmente o manejo do arco e da flecha. Utilizavam como alvo inicialmente as borboletas e os besouros.

Os Xetá apreciavam a companhia de animais, que costumavam criar, como gaviões, corujas, morcegos, aves, borboletas, cigarras, besouros.

As crianças brincavam com mows, pequenas esculturas negras de cera de abelha. Essas esculturas possuíam características zoomorfas representando a fauna local, como cobras, veados, tatus, tamanduás, capivaras, etc., e ocasionalmente antropomorfas. Também eram feitas figuras fantásticas com cabeça de animal e corpo humano, nas quais, às vezes os órgãos sexuais se apresentavam pronunciados.

Os adornos corporais e dos instrumentos estavam continuamente presentes na cultura Xetá. Seus corpos eram pintados por ocasião dos rituais, assim como adomados. Eram cuidadosamente elaborados o tembetá masculino, os brincos de pluma de pequenos pássaros, os colares de contas e dentes de animais, os faixas de caraguatá usados pelas mulheres nas penas e pulsos, assim como das crianças.

Há pouquíssima bibliografia a respeito dos índios Xetá e essa escassez é ainda maior quando o assunto a ser estudado é um aspecto de sua vida cultural, como a música.

2.3.3- HABITAÇÃO

Dormiam ao relento, sobre esteiras posicionadas em tomo de uma fogueira central. Ao redor das pessoas eram fincadas pequenas estacas no solo para evitar que alguém pudesse rolar sobre o fogo.

Os pequenos abrigos denominados tapuy eram utilizados somente como proteção para o sol, a chuva ou o frio, e eram habitações que comportavam de quatro a seis pessoas. Para a montagem do tapuy faziam-se necessário no mínimo dois homens que amarravam galhos transversalmente a uma estrutura previamente montada com 12 galhos de árvores ou tronca nova e flexível, e hastes de bambu, formando uma espécie de cúpula. O teto era recoberto com folhas de palmeira de jerivá, ficando aberta a parte inferior da habitação. Somente nos dias mais frios de inverno o tapuy permanecia totalmente vedado.

Diferentemente de outros povos indígenas brasileiros, os remanescentes Xetá não vivem em sociedade e tampouco convivem em um mesmo espaço territorial organizado em aldeias, nem compartilham dos mesmos códigos e pauta cultural de seu povo. De caçadores e coletores, vivem hoje na condição de assalariados, servidores públicos, empregados domésticos e boias-frias. De herdeiros de um território de ocupação tradicional, vivem como agregados em terras Kaingang, Guarani, ou como inquilinos no meio urbano-rural.

Afastados pelos colonizadores do convívio em grupo desde a infância e adolescência, os sobreviventes Xetá vivem em diferentes pontos no Estado do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Seus descendentes somam hoje quarenta e duas pessoas que, como eles, casaram-se com Kaingang, Guarani e não-índios.

Os oito sobreviventes reconhecem-se e identificam-se como Xetá. Três deles (Kuein, Tuca e Tikuein) falam fluentemente a língua de seu povo e uma das mulheres (Ã) é capaz de entender tudo que é falado por eles, porém se expressa verbalmente apenas em português. Quanto aos demais remanescentes, e todos os seus descendentes, nenhum deles fala o Xetá.

Segundo Wachowicz (2010, p.30), os Xetá morreram porque o homem “civilizado” não soube compreendê-los.

Até o ano de 1996, alguns sobreviventes também desconheciam a existência de outros e o parentesco que os unia.

Em 1999 foram localizados apenas oito descendentes Xetás, atualmente são apenas cinco descendentes naturais puros e os miscigenados possivelmente estão entre os 99 a 120 habitantes.

2.4-POVO XOKLENG OU LAKLANÕ

O nome Xokleng define sua população e a língua falada por eles, há hoje poucos relatos sobre esta etnia. São conhecidos como “Tradição Itararé”. Pertencem à família linguística Jê, atualmente a produção de seus artesanatos, é em sua maioria somente para uso imediato como tanga e colares que são produzidos para as festas do “Dia do Índigena” e após as festas são descartadas, há também uma pequena produção de alguns artefatos para o comércio e os únicos instrumentos produzidos são os chocalhos usados para canções rituais.

2.4.1- ALIMENTAÇÃO

Cultivam milho, abóbora, feijão e mandioca vivem também da caça e da coleta. Um alimento típico deste povo é o chamado Kapug que é feito na taquara que serve de suporte para assar alimentos, dentro da taquara é posto o alimento como carnes, farinha, pinhão entre outros, e depois é colocada na brasa. O PAG é feito à base de farinha enrolada na folha de caeté para aquecê-la no calor do fogo. E o TUTOL que é o prato mais simples, é parecido com o cuscuz, é à base de farinha de milho e água cozido em uma frigideira, pode ser servido na folha de caeté junto com carne ou peixe, e também de laglu (feijão). O kulav (sopa) era feito geralmente com milho mastigados pelas mulheres. Coloca-se a água na panela de barro misturando o milho já mastigado, após 5 a 10 dias de fervura, retira-se a panela e servida em potes feitos de barro. Nos dias atuais o kulav é feito normalmente como sopa sem os procedimentos tradicionais. O goró é uma larva que dá a cada 30 anos, essa larva vem quando a taquara está para secar. O modo de preparo: é retirada a parte frontal da larva e automaticamente a parte interna da larva, é servida de forma cozida.

Antes do contato dos Laklãnõ (Xokleng) com os não índios, a caça era farta. A mata era virgem e nela existiam inúmeras espécies de animais silvestres como: porco do mato, veado, anta, cateto, e outros animais que eram caçados. Quando o caçador chegava com a caça, outras pessoas do grupo dividiam o animal em pedaços com as pessoas presentes e o caçador ficava só com o que sobrava como a cabeça e a buchada. A caça era feita com arco e flecha, lança e armadilhas como o mondéu. Agora com o passar dos tempos a realidade é outra. Os poucos animais silvestres que temos estão em extinção e muitos já desapareceram de nossas matas. A coleta que era mais praticado, era a coleta do pinhão nos meses de maio a agosto.

O aparecimento de diferentes doenças, é resultado de produtos alimentícios produzidos pelos não índios que vem sendo consumidos pelo povo. Houve também muita influência na culinária da cultura não indígena na alimentação tradicional.

2.4.2-CULTURA

Na crença e cosmologia dos Laklãnõ, cada ser da natureza possui um espírito e por isso a conexão com essas entidades tornava-os amigos e defensores da natureza. Isto ocorria mesmo possuindo um território tradicional muito vasto e rico em alimentos por que temiam que os espíritos poderiam se vingar, causando doenças e até mesmo a morte de membros das famílias que desobedecessem ao ritual tradicional de respeito à natureza.

Hoje a maioria é crente, sendo assim, suas vestimentas mudaram, os homens usam calças e camisas e cabelos curtos, e as mulheres saias compridas blusas e cabelos longos.

2.4.3- HABITAÇÃO

Suas aldeias eram sempre pequenas e se localizavam no interior das florestas sempre abrigando poucas pessoas, abrigavam-se também sob rochas e casas semi-subterrâneas.

2.5- EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

As políticas públicas para a Educação Escolar Indígena foram formuladas a partir da promulgação da Constituição Federal que legitimou novos paradigmas para as relações entre o Estado brasileiro e povos indígenas, pautados pelo reconhecimento, valorização e manutenção da sociodiversidade indígena. Originou-se assim o conceito de educação escolar indígena como direito, caracterizada pelas identidades étnicas, recuperação das memórias históricas, valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas, pela vital associação entre escola/social/identidade e com os projetos societários definidos por cada povo indígena.

2.6- LEGISLAÇÃO INDÍGENA

Algumas leis que amparam as comunidades indígenas:

-Convenção 104 – Abolição penal de trabalhadores indígenas – Decreto nº 58.821, de 14.07.1966.

-Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial – Decreto nº 65.810, de 08.12.1969

-Critérios para o repasse de recursos financeiros à conta do PNAE – Resolução FNDE/CD nº 045, de 31.10.2003 ...

-Declaração Das Nações Unidas Sobre Os Direitos Dos Povos Indígenas

-Decreto nº 1.306, de 09.11.1994, - Defesa dos direitos indígenas em juízo

-Diretrizes e bases da educação nacional - LDB – Lei nº 9.394, de 20.12.1996

-Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas – Resolução CEB nº 3, de 14.12.1999

-Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973

-Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13.07.1990

-Institui o dia do índio – Decreto-Lei nº 5.540, de 02.06.1943

-Instituição da Fundação Nacional do Índio - FUNAI – Lei nº 5.371, de 05.12.1967 -Estatuto da FUNAI – Decreto nº 4.645, de 25.03.2003

-Institui o dia nacional de luta dos povos indígenas – Lei nº 11.696, de 12.06.2008 -Código Civil – Lei nº 10.406, de 10.01.2002

-Lei da Ação Civil Pública – Lei nº 7.347, de 24.07.1985

-Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 09.01.2001 Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental – Resolução CEB nº 02, de 07.04.1998.

-Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886, de 20.11.2003

-Programa Nacional de Direitos Humanos – Decreto nº 4.229, de 13.05.2002

3. METODOLOGIA

A escola intercultural faz parte das estratégias de autonomia política dos povos indígenas. Desse modo a escola é um projeto comunitário que toda a equipe pedagógica deve dialogar com as lideranças, sábios, pais, mães e alunos para planejar uma prática educativa coerente com as expectativas de sua comunidade, e refletir permanentemente sobre o papel da escola, buscando sua ressignificação em função das demandas, necessidades e interesses das comunidades indígenas. A educação escolar intercultural deve ser articulada com as pedagogias indígenas atuantes na formação das novas gerações e na transmissão de saberes, valores e tradições que dinamizam a

produção e reprodução das diferenças culturais e assim, gerar novas dinâmicas didáticas que deverão se tornar conteúdos.

Apesar das políticas desenvolvidas e avanços, os povos indígenas possuem características distintas, e ainda assim, existem inúmeros impasses que dificultam a efetividade dos direitos indígenas no campo educacional e afetam a qualidade da educação escolar indígena oferecida.

No sentido de avançar nesta área para que possa melhorar o atendimento ao indígena de forma sistemática é necessário ampliar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, do Conselho Nacional de Educação, de 1999, para contemplar a Educação Infantil e o Ensino Médio, com a participação de representantes das lideranças e professores indígenas e dos Sistemas de Ensino. As Secretarias de Educação devem ser orientadas para a oferta dessa etapa de ensino de acordo com os anseios e necessidades das comunidades, com diretrizes pedagógicas e curriculares.

A legislação para a educação escolar indígena atribuiu às Secretarias Estaduais de Educação a instituição e regulamentação da profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, por meio da criação da categoria professor indígena, como carreira específica do magistério.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Muitos são os obstáculos para a regulamentação e reconhecimento das peculiaridades docência intercultural indígena, com impacto sobre a regularização funcional dos professores indígenas. Muitos professores indígenas são remunerados por meio de contratos provisórios que trazem inúmeras dificuldades, desde não garantir os direitos trabalhistas, gerar rotatividade, prejudicar o andamento das atividades escolares, desestimular os professores com atrasos no início das aulas e nos pagamentos de salários. É preciso que as escolas indígenas sejam regularizadas de acordo com essas características de modo a se garantir sua autonomia pedagógica.

As necessidades de formação superior muitas vezes exigem a criação de cursos específicos, dadas as realidades e as demandas das comunidades em diferentes áreas de conhecimento. A inserção de estudantes indígenas na formação superior aponta para constituição de processos de interculturalidade institucional. Para que esses estudantes garantam sucesso em seu percurso formativo, é necessário que o Ministério da Educação em articulação com a CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) e as Universidades ofereça programas de formação

de gestores universitários para a formulação, execução e avaliação de ações de acesso, permanência e acompanhamento integral dos estudantes indígenas.

O fortalecimento e a autonomia pedagógica das escolas indígenas é resultado, antes de tudo, do compromisso político dos professores e de toda equipe pedagógica com os anseios, interesses e necessidades de cada povo em relação a sua continuidade sociocultural e à garantia de seus direitos. Faz-se necessário que sejam ampliados os recursos no MEC (Ministério da Educação e Cultura) e os Sistemas de Ensino para a produção desses materiais, priorizando-se os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Os projetos político-pedagógicos (PPP), construídos com autonomia pela equipe pedagógica da escola indígena com participação comunitária, devem se articular com outras demandas sociais como saúde, proteção, recuperação e gestão ambiental, fortalecimento da cidadania indígena, para colaborar com a melhoria das condições sanitárias e de saúde integral. É também que o Ministério da Educação reformule o Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (MEC, 1998) como instrumento importante para orientar professores e Sistemas de Ensino para as práticas pedagógicas e curriculares interculturais. Esta revisão deve contar com a participação de professores e gestores indígenas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como finalidade resgatar um pouco da história dos povos indígenas que vivem no Paraná, eles têm culturas que resultam da história de relações que se dão entre os próprios homens, entre estes e o meio ambiente; uma história que, neste caso, foi (e continua sendo) drasticamente alterada pela realidade da colonização. Não reconhecê-los é negar a nossa própria origem, nossa essência, sendo que somos influenciados pelos seus costumes, sua originalidade.

Estas etnias lutam para manter sua história, sua cultura, e ao mesmo tempo, vão sobrevivendo ao mundo imposto para eles, que na verdade é a chamada sociedade do consumo, que através da tecnologia, aos poucos, o indígena vai sendo introduzindo neste ambiente, e assim acaba por esquecer da sua própria origem.

É dever de toda sociedade, respeitar esta classe e zelar para que não fiquem no esquecimento, e aos poucos extintos, tornando-se apenas parte da história. Resta aos governantes, priorizar políticas que os preservem e garanta um futuro mais adequado à tamanha importância do indígena para o povo brasileiro.

Preservar o povo indígena, e preservar nossa história, de hoje e sempre.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal 1988.

Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Livros/Coletanea-da-Legislacao-Indigenista-Brasileira-2008/1%20-%20Inicio.pdf>. Acesso em 09 ago.2016.

Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmação Cultural disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Escolar_Indigena/texto_base_1_conferencia_educacao_escolar_indigena.pdf. Acesso em 09 ago. 2016.

Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/144/193>, pesquisa realizada em 16 ago. 2016.

Disponível em: http://www.achetudoeregiao.com.br/pr/indigenas_parana.htm acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.historiadobrasil.net/indiosdobrasil/> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona65/65Flammariom.htm> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://hernehunter.blogspot.com.br/2012/12/povo-xokleng.html> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://wikistoriaenciclopedia.wikidot.com/wiki:xokleng> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://indiosxeta.blogspot.com.br/2011/10/etnia-xeta.html> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.arara.fr/Indios%20Xetas%20no%20Parana.pdf> acesso em 16 ago. 2016.

Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/alunos_indigena.php%20acesso%20em%2023/08/16 acesso em 23 ago. 2016.

Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5037> acesso em 23 ago. 2016.

Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/viewFile/11220/pdf> acessado em 23 ago. 2016.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xet%C3%A1s>. Acesso em 23 ago. 2016.

Disponível em: <http://indiosxeta.blogspot.com.br/2011/10/etnia-xeta.html> acesso em 23 ago. 2016.

Disponível em:

<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=111>

Acesso em 30 ago. 2016.

Disponível em: <http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Jo%C3%A3o-Criri.pdf> acesso em 01 set. 2016.

Disponível: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=54> acesso em 20 set. 2016.

INDÍGENAS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010.primeiras considerações no quesito cor e raça disponível em; http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco, Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

Povos Indígenas no Brasil, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta> ACESSO EM 23 ago. 2016.

Povos Indígenas do Paraná disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=554> acesso em 16 ago. 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.



14º ENCONTRO
CIENTÍFICO CULTURAL
INTERINSTITUCIONAL

“EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO”



_____ Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

http://www.portalkaingang.org/habitacao_e_acampamentos.pdf acesso em 21 set. 2016.